



## DCV 115 – Teoria Geral de Direito Privado I

Prof. Cristiano de Sousa Zanetti

Seminários para as aulas dos dias 04 e 07.IV.17

Tema: Surgimento e extinção da personalidade

Exercício 1: Considere os casos hipotéticos transcritos e responda:

Caso I <sup>1</sup>	Caso II <sup>2</sup>
<p>Humorista conhecido por suas piadas polêmicas faz comentários pejorativos, em programa de televisão de alcance nacional, a celebridade que à época estava grávida, referindo-se tanto a ela quanto ao bebê.</p> <p>Acreditando violadas a sua esfera pessoal e a do nascituro, a celebridade ajuíza Ação de Indenização em face do humorista, tanto em nome próprio, quanto na condição de representante legal do feto.</p> <p>Discutindo especificamente a situação do nascituro, o Tribunal competente entendeu que ele já seria titular de direitos, podendo pleitear em juízo, representado por seus pais, a reparação dos danos morais eventualmente sofridos.</p>	<p>Mulher grávida, ao entrar em trabalho de parto, dirige-se imediatamente a hospital público. Após longa espera, na qual sentia fortes dores, foi atendida por médicos que fizeram uso de técnica desaconselhada com o instrumento “fórceps”, o que acarretou na morte do nascituro no ventre materno.</p> <p>Acreditando ter havido falha na prestação dos serviços médicos, a mulher ajuíza ação na qual um dos pedidos é o pagamento, por parte do hospital, de indenização pelas contribuições financeiras que a criança, caso nascida viva, teria dado aos pais.</p> <p>Analizando esse pedido, o Tribunal competente entendeu que ele seria inviável, pois o nascituro não é sujeito de direitos e obrigações antes do nascimento com vida, de modo que tanto ele quanto seus pais só possuiriam expectativa de direitos antes deste momento.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Caso III<sup>3</sup></b></p> <p>Detento no sistema prisional brasileiro é assassinado por ocasião de uma rebelião no presídio em que se encontrava, na época em que sua esposa estava grávida de filho reconhecidamente seu.</p> <p>Acreditando haver responsabilidade do Estado pelos danos sofridos, a viúva do detento ajuíza ação na qual um dos pedidos é o pagamento de indenização por danos morais e materiais sofridos pelo nascituro, que jamais terá a oportunidade de conhecer o pai.</p> <p>Apreciando a demanda, o Tribunal competente se posicionou no sentido de que a sua viabilidade dependeria do nascimento com vida do nascituro. Caso nascesse com vida, ainda que breve, o nascituro faria jus à reparação; caso contrário, não.</p>	

<sup>1</sup> Cf. TJ-SP - APL: 2018380520118260100 SP 0201838-05.2011.8.26.0100, Relator: João Batista Vilhena, Data de Julgamento: 06/11/2012, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 27/11/2012.

<sup>2</sup> Cf. TJ-SP - APL: 00085023820048260114 SP 0008502-38.2004.8.26.0114, Relator: Mary Grün, Data de Julgamento: 22/04/2015, 7ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/04/2015.

<sup>3</sup> Cf. TJ-SP - APL: 90000046520078260024 SP 9000004-65.2007.8.26.0024, Relator: Luiz Sergio Fernandes de Souza, Data de Julgamento: 03/11/2014, 7ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 04/11/2014.

- a) No Brasil, quais são as principais teorias referentes ao momento de aquisição da personalidade, e o que sustentam, em síntese?
- b) Quais são os fundamentos jurídicos que alicerçam cada uma das teorias atinentes ao surgimento da personalidade?
- c) Em cada um dos casos apresentados, qual foi a teoria cuja influência foi *predominante* na decisão dos Tribunais?

\*

\*

\*